

FOLHA DE SÃO PAULO
Os macartistas do diploma

*AUC
182*
Exigindo a sindicalização dos repórteres que fazem a cobertura dos acontecimentos no Congresso constituinte, os comitês de imprensa do Senado e da Câmara passam a exercer o papel degradante de fiscais de um corporativismo incapaz de sustentar-se por si próprio. Aliam-se à mesma atitude indigna da atual diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo que, em suposta defesa do diploma obrigatório, delata, persegue e discrimina quem trabalha.

Não se trata apenas da defesa de um absurdo burocrático, que substitui a competência profissional por uma reserva de mercado em benefício de quem frequentou escolas de Jornalismo. Trata-se do mais ultrajante exemplo de macartismo e preconceito.

Um sindicato volta-se contra quem trabalha e exerce a profissão, postula demissões, persegue a competência, investe no atraso, degrada a imprensa e a si mesmo. Não defende os jornalistas, mas as escolas que concedem diplomas a jornalistas. Rebaixa o exercício da profissão a uma espécie de sinecura que é preciso garantir, com unhas e dentes, a um grupo específico de pessoas: as que, apesar de forma-

das em Jornalismo, não têm condições de competir no mercado de trabalho.

É a burocratização, o corporativismo e a ilegitimidade aliados a uma vocação policlesca e autoritária. Essa atividade não merece o nome de sindicalismo. Consultados sobre o fato, os jornalistas mais consagrados do país criticam, em sua esmagadora maioria, a exigência de um diploma. Inúmeros deles jamais frequentaram uma escola de Jornalismo. Professores ilustres de Jornalismo criticam, eles próprios, a exigência.

Há quem sustente, contudo, uma reserva de mercado imposta pela Junta Militar, em 1969, e voltada contra quem quer e pode ser jornalista. Que um sindicato faça isto, é uma passagem deprimente da história da imprensa brasileira; que os comitês de imprensa da Câmara e do Senado se encarreguem, também eles, de fortalecer essa atitude; que se façam de cães de guarda de um corporativismo primário e evidente, é algo que cobre de vergonha a inauguração de um Congresso constituinte que, antes de tudo, deve garantir o direito à liberdade de expressão, ao trabalho e à competência.